

Bolsa de Emprego | Junho de 2017



Nome: Nuno Jerónimo Henriques da Costa
Habilitações Literárias: Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas
Experiência Profissional: Consultor, Gestor Operativo, Gestor de Clientes Banco, Administrativo

Nome: Sandra Maria Ferreira Videira Bastos de Sousa
Habilitações Literárias: Licenciatura em Engenharia do Ambiente
Experiência Profissional: Consultora, Responsável pelo Departamento de Qualidade, Formadora

Nome: Maria Rosa Freire
Habilitações Literárias: 6º ano
Experiência Profissional: Gerente de Restaurante, Ajudante de cozinha, Operária fabril, Limpezas

Nome: Jorge Carlos Pereira Casimiro
Habilitações Literárias: 6º ano
Experiência Profissional: Operador de máquinas, Cerâmica- Polimento, Condução de empilhador

Nome: Teresa Margarida Almeida Soares
Habilitações Literárias: 12º ano
Experiência Profissional: Técnica administrativa

Nome: Tiago José Lopes Vieira da Costa
Habilitações Literárias: 12º ano
Experiência Profissional: Adequeiro

Nome: Carla Marisa Soutossa Faria
Habilitações Literárias: Licenciatura em Educação Pré- Escolar
Experiência Profissional: Educadora de Infância, Operadora de Caixa de Supermercado

Nome: Cláudio Daniel Lopes da Costa Mestre
Habilitações Literárias: 12º ano
Experiência Profissional: Empregado de balcão, Adequeiro, Armazém, Reposição de Hipermercado

Nome: Daniela Gandarez Caramujo
Habilitações Literárias: Licenciatura em Solicitadoria e Administração
Experiência Profissional: 1º emprego

Nome: Jorge Daniel Couto dos Santos
Habilitações Literárias: 12º ano
Experiência Profissional: 1º Emprego

Nome: Dina Maria de Jesus Machado
Habilitações Literárias: Licenciatura em Engenharia Química
Experiência Profissional: Bolseira de Investigação, Entrevistadora para fins estatísticos, Ajudante de Cozinha

Nome: André Tiago Santos Glória da Silva
Habilitações Literárias: Licenciatura em Arquitectura
Experiência Profissional: Arquitecto Supervisor, Supervisão e execução de obras

Nota: Para mais informações sobre os candidatos da Bolsa de Emprego, por favor contacte o GIP - Gabinete de Inserção Profissional. **Contactos:** 231 516 761 | gip@acib.pt

A ACIB informa que tem os seguintes serviços ao dispôr dos Associados:

Fotocópias | fax | Internet | aluguer de salas | aluguer de equipamento audiovisual | serviço de dobragem e envelopagem de correspondência | venda de Livros de Reclamações | venda de Livretes Individuais de Controlo para Condutores



ACIB - Associação Comercial e Industrial da Bairrada
Sede:
Espaço Inovação - Z. Industrial de Vila Verde, Ap. 235 | 3770-305 Oliveira do Bairro | T. 234730320 | acib@acib.pt
Delegação:
Edifício da Proximidade | Praça da Juventude | 3780-323 Anadia | T: 231516761 | anadia@acib.pt
www.acib.pt



Junho de 2017



ACIB | Workshops e Formação Profissional da ACIB para Junho e Julho

A ACIB vai promover vários seminários e acções de formação durante os meses de Junho e Julho, que irão decorrer na sede da Associação, em Oliveira do Bairro.

Seminários	Data	Local
- Ciclo de Workshops Exportação		
- Riscos na Exportação – Identificar e Mitigar	27/06	Oliveira do Bairro
- Documentação, Procedimentos e Técnicas de Exportação	11/07	Oliveira do Bairro
Formação Profissional		
- Finanças para não Financeiros	19/06	
- Marketing Digital como Ferramenta Empresarial	30/06	Oliveira do Bairro
- Segurança e Higiene na Utilização de Empilhadores	30/06	Oliveira do Bairro
- Os Sistemas de Gestão e a ISO 9001:2015 - Preparar a Transição		Oliveira do Bairro

A participação nestas acções e seminários é considerada para efeitos do cumprimento do dever de formação contínua a cargo da entidade empregadora (art.º 131 da Lei 7/2009 de 12 de Fevereiro).

Para mais informações e/ou inscrições, contacte a ACIB através do telefone 234 730 320 ou via o e-mail: acib@acib.pt.//

Principais condições de trabalho em Portugal

O código do trabalho é um documento legal, redigido pelo Estado que regulamenta as regras referentes às condições de trabalho. Cada empresa pode ter o seu regulamento interno, mas o definido no Código do Trabalho não pode ser violado e assume prioridade.

Salário Mínimo Nacional
Uma das condições de trabalho estabelecidas pelo Governo Português é o salário mínimo nacional. Nenhum funcionário que trabalhe em regime full time (totalidade das horas semanais) pode receber abaixo do salário mínimo nacional em vigor.

Horário de Trabalho e Horas Suplementares
Os funcionários têm um horário de trabalho estabelecido de 40h por semana.

O trabalho suplementar deve ser compensado e não pode ultrapassar as 200h anuais.

Férias, Feriados e dias de descanso
Cada pessoa com um vínculo contratual com uma entidade, e que se encontre a trabalhar há pelo menos um ano, tem direito a 22 dias úteis de férias. Nos casos de quem está a trabalhar há menos tempo, a lei prevê o direito a 02 dias por cada mês de trabalho prestado.

Consideram-se dias de descanso os feriados nacionais e municipais, e as tolerâncias atribuídas pelo empregador nas entidades privadas.

Subsídio de Férias e de Natal
O subsídio de férias é pago num dos meses de Verão e o subsídio de Natal depende da escolha do funcionário, podendo receber por duodécimos ou por inteiro - no mês de Novembro.

Ausências Justificadas
- Em situação de casamento: 15 dias consecutivos;
- Em situação de falecimento

de cônjuge (marido/mulher), parente (filhos, genro, nora, pais, sogros): 05 dias consecutivos. Nos casos de irmãos, avós, bisavós, netos, bisnetos, primos e cunhados: 02 dias consecutivos.
- Para a prestação de funções sindicais ou de comissão de trabalhadores: 05h, podendo estender-se a 04 dias;
- Para a prestação de provas em estabelecimentos de ensino: 04 dias por disciplina e por ano lectivo;
- Em situação de doença ou acidente de trabalho, sendo definido o período orientado para o caso;
- Em situações devidamente autorizadas pela entidade empregadora, através de acordo.

Protecção na Maternidade e na Paternidade
A licença parental é de 6 meses, pagos a 100% se for partilhada e a 83% se for gozada apenas por um dos progenitores.//

Incentivos fiscais à I&D empresarial | Candidaturas até 31 de Julho

AACIB informa que está a decorrer, até 31 de Julho, o período de submissão de candidaturas para o SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial).

As candidaturas são referentes ao exercício fiscal de 2016 e permitem às empresas deduzir à coleta um determinado montante em função das despesas incorridas com actividades de I&D.

São consideradas como despesas de I&D:

- as despesas de investigação que são realizadas pelo sujeito passivo de IRC com vista à aquisição de novos conhecimentos científicos ou técnicos;
- as despesas de desenvolvimento realizadas pelo sujeito passivo de IRC através da exploração de resultados de trabalhos de investigação ou de outros conhecimentos científicos ou técnicos com vista à descoberta ou melhoria substancial de matérias-primas, produtos, serviços ou processos de fabrico.

Entre as despesas elegíveis encontram-se despesas de funcionamento (até 55 % das Despesas com Pessoal), aquisições de activos fixos tangíveis, custo com registo e manutenção de patentes ou despesas com acções de demonstração.

As empresas com projectos de Investigação e Desenvolvimento (I&D) aprovados no Portugal 2020 podem submeter candidatura ao SIFIDE através da apresentação da despesa associada aos projectos, na sua parte não participada pelo Programa.//

Medida Estágios Profissionais | Candidaturas até 16 de Junho

A ACIB informa que a primeira fase de candidaturas à medida Estágios Profissionais decorre até 16 de Junho.

Esta medida visa apoiar a inserção de jovens no mercado de trabalho ou a reconversão profissional de desempregados, destinando-se às pessoas com maior dificuldade de integração no mercado de trabalho.

A candidatura é efectuada pela entidade promotora, no portal NetEmprego, na área pessoal de cada entidade, devendo ser efectuado o registo prévio, caso ainda não esteja registada: www.netemprego.gov.pt

O estagiário é identificado na candidatura ou posteriormente seleccionado pelo IEFP, de acordo com o perfil indicado pela entidade promotora.

Até 16 de Junho, é também

possível formalizar o pedido de Prémio ao Emprego, apoiando a celebração de contratos de trabalho sem termo, com ex-estagiários.

Os destinatários principais dos Estágios Profissionais são jovens entre os 18 e os 30 anos que tenham pelo menos o ensino secundário. Podem também candidatar-se pessoas que estejam desempregadas há mais de 12 meses:

- com idade entre os 30 e os 45 anos e tenham obtido, pelo menos, uma certificação de nível secundário, nos três anos anteriores ou estejam inscritos em Centro Qualifica, caso tenham uma certificação inferior ao nível secundário.

- com mais de 45 anos que, caso tenham uma certificação inferior ao nível secundário, terão que estar inscritos em Centro Qualifica.

Pode candidatar-se à medida Estágios Profissionais a pessoa singular ou colectiva de natureza jurídica privada, com ou sem fins lucrativos.

O estágio tem a duração de 9 meses, não prorrogáveis.

Prorrogado o período de candidatura à medida Contrato-Emprego

Por deliberação do IEFP foi prorrogado, até 16 de Junho, o período para apresentação de candidaturas à medida Contrato-Emprego, que visa a concessão, à entidade empregadora, de um apoio financeiro à celebração de contrato de trabalho com desempregados inscritos no IEFP.

Para mais informações, aceda a <https://www.iefp.pt//>

Saldos e Liquidações | Comunicações obrigatórias à ASAE

A Lei dos Saldos, Promoções e Liquidações (Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de Janeiro, que alterou o Decreto-Lei nº 70/2007, de 26 de Março) define que:

- **a venda em saldos** pode realizar-se em quaisquer períodos do ano desde que não ultrapassem, no seu conjunto, a duração de quatro meses por ano, ficando sujeita a uma declaração emitida pelo comerciante dirigida à ASAE, com uma antecedência mínima de 5 dias úteis, através do «Balcão do Empreendedor», ou por qualquer outro meio legalmente admissível.

- **a venda sob a forma de liquidação** fica sujeita a uma declaração emitida pelo comerciante dirigida à ASAE, através do «Balcão do Empreendedor» ou qualquer outro meio legalmente admissível com uma antecedência mínima de 15 dias, relativamente ao período pretendido.

A ASAE promove acções de fiscalização aos operadores económicos, quer no comércio tradicional (venda a retalho) quer no comércio online, a fim de verificar:

- Práticas comerciais não permitidas (isto é, modalidades de venda com redução de preços que não sejam saldos, promoções ou liquidações);
- Utilização de expressões similares para anunciar vendas com redução de preços;
- Falta de indicação de forma inequívoca da modalidade de venda, bem como o tipo de produtos e as respectivas percentagens de redução;
- Falta da data de início e o período de duração da venda com redução de preço;
- Se a redução de preço não é real;
- Os letreiros, etiquetas ou listas não exibem, de forma bem visível, o novo preço e o preço anteriormente praticado ou, em substituição deste último, a percentagem de redução;
- Venda em saldo sem que o operador tenha feito a declaração a que legalmente está obrigado;
- Venda em saldo ultrapassando o prazo de 4 meses anuais;
- Aquando da liquidação o comerciante não emitiu uma declaração dirigida à ASAE;
- Remessa da declaração fora de prazo;
- A liquidação dos produtos processa-se em estabelecimento diferente daquele em que habitualmente são comercializados sem tal facto ter sido comunicado à ASAE;
- Nova liquidação no mesmo estabelecimento sem terem decorrido 2 anos sobre a anterior.

No site da ASAE pode obter a seguinte documentação:

- Realização de Saldos e/ou Liquidações - Declaração de Comunicação on line
- Realização de Saldos e/ou Liquidações - Declaração de Comunicação em formato excel

A Declaração de Comunicação deve ser por e-mail, por fax ou via postal para:

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Rua Rodrigo da Fonseca, nº 73

1269-274 Lisboa

Fax: 217 983 654

E-mail: correio.asae@asae.pt

Saldos

Venda de produtos praticada em fim de estação a um preço inferior ao anteriormente praticado no estabelecimento, com o objectivo de escoar as existências.

Promoções

Venda promovida a um preço inferior ou com condições vantajosas com vista a potenciar a venda de determinados produtos ou o lançamento de um novo produto. Não devem ser realizadas em simultâneo com uma venda em saldos.

Liquidações

Venda de produtos com redução de preço de parte ou da totalidade das existências com um carácter excepcional que se destina ao seu escoamento acelerado, resultante de motivos que determinem a interrupção da venda ou da actividade do estabelecimento.

É proibida a utilização de expressões similares.//